

POTENCIALIDADE AGROECOLÓGICA NO PROJETO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO “VALE DO SOL I” EM TANGARÁ DA SERRA – MT¹

Ingrid Oliveira Detoffol²
José Roberto Rambo³
José Jaconias da Silva⁴
Ronaldo de Almeida Miranda⁵

RESUMO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado com o objetivo de reduzir a pobreza rural e contribuir na melhoria da qualidade de vida no campo, tem a finalidade de ofertar condições para que trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóvel rural por meio de financiamento. O sistema produtivo deste imóvel pode ser variado, mas deve assentar no trabalho da terra para atender à satisfação das necessidades da família, onde o sistema produtivo quando em produção agroecológica se utiliza de práticas racionais de uso dos recursos naturais. O objetivo desta pesquisa foi analisar a potencialidade da produção agroecológica dos agricultores familiares do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I”, no município de Tangará da Serra-MT. A pesquisa foi realizada de agosto de 2011 a maio de 2013, dividida em duas partes: a primeira voltada ao conhecimento do local de pesquisa e a segunda destinada a aplicação de questionários semi-estruturados em 30 imóveis do projeto. Os resultados mostram que 18 agricultores familiares do projeto já ouviram falar sobre o tema agroecologia, 8 agricultores disseram nunca ter ouvido falar sobre agroecologia, 2 imóveis servem como somente como residências das famílias e não tem produção agrícola e em 2 imóveis as famílias não foram encontradas, estando os imóveis em situação de abandono. Foram identificadas a realização de práticas agroecológicas em 19 propriedades visitadas e em 7 não foi identificada a realização de práticas agroecológicas. Pode-se concluir que os agricultores familiares do Projeto Crédito Fundiário “Vale do Sol I” estão passando a substituir práticas agrícolas convencionais por práticas alternativas.

Palavras-chave: agricultura familiar, produção, tecnologia

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), onde considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize

¹ Parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT Tangará da Serra/MT da 1ª Autora.

² Engenheira Agrônoma, Autônoma, e-mail: ingrid.detoffol@hotmail.com

³ Engenheiro Agrônomo, Estudante de Doutorado em Agronomia na Universidade Estadual Paulista – UNESP, Ilha Solteira/SP e Professor Assistente do Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Tangará da Serra/MT, e-mail: jr.rambo@unemat.br

⁴ Administrador e Engenheiro Agrônomo, Professor Assistente do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá/MT, e-mail: josejaconias@gmail.com

⁵ Engenheiro Agrônomo, Autônomo, e-mail: rama.ecogro@gmail.com

predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para Guanziroli e Cardim (2000), agricultores familiares atendem às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; b) mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, c) a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país. Buainain (2006) refere-se à agricultura familiar como sendo extremamente diversificada. E é fato que a agricultura familiar vem assumindo um papel importantíssimo na geração de emprego e renda, segurança alimentar, preservação ambiental e conseqüentemente no desenvolvimento socioeconômico no Brasil.

No ano de 2003 foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a finalidade de oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóvel rural por meio de um financiamento. O PNCF tem como objetivo principal a redução da pobreza rural e a melhoria da qualidade de vida no campo, além de ser um instrumento complementar e de apoio à reforma agrária, atuando em áreas não passíveis de desapropriação por interesse social, ou seja, é política de assentamento rural pela reforma agrária de mercado.

Conforme Carvalho *apud* Sauer (2005), o assentamento é o fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona famílias a serem beneficiadas, sendo então artificialmente constituído, criando-se assim um novo ambiente geográfico e uma nova organização social. Para Bergamasco e Norder (1996), o termo assentamento só começou a ser utilizado a partir do final da década de 1950 e início da de 1960, quando algumas políticas fundiárias começaram a ser implementadas em resposta às intensas mobilizações sociais no campo, que se difundiam por quase todo o país.

Para Sauer (2005), os assentamentos causam impactos que não se resumem a um simples aumento da produção agropecuária (e conseqüentemente o aquecimento da economia local), mas abarcam uma série de mudanças sociais e políticas, muitas vezes mudando o eixo do poder e a correlação de forças em âmbitos locais e regionais.

Deve se salientar que os atores beneficiários do processo de assentamentos se caracterizam, segundo Zamberlan (2001), por serem basicamente uma população

originalmente de baixa renda e desprovida de bens materiais condizentes com práticas agrícolas expressivas economicamente. Deste modo, o acesso à terra e a possibilidade de trabalhá-la acaba por quase sempre melhorar de imediato o padrão de vida destes atores.

Neste sentido, Gliessman (2000) comenta que, para chegar a um agroecossistema sustentável em propriedade rurais familiares, é necessário identificar os indicadores de sustentabilidade que determinam se o agroecossistema pode ou não ser sustentável em longo prazo, e desenhar agroecossistemas que tenham maiores possibilidades de caminharem em direção a esse paradigma. Onde, em assentamentos rurais faz-se necessária a utilização mais eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados. Salientando a necessidade de sustentabilidade ecológica de longo prazo (ALTIERI, 2009).

Na prática agrícola, a agroecologia caracteriza-se como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000). Desta forma a agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores, das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local” (CAPORAL et al., 2006).

A agroecologia é entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a potencialidade agroecológica dos agricultores familiares do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I”, no município de Tangará da Serra-MT.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada entre agosto de 2011 a maio de 2013 no Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I”. O Projeto teve origem em janeiro de 2006, destinado

a 88 famílias, e está localizado nas Coordenadas 14°42'22" de latitude Sul e 57°27'44" de longitude Oeste e com altitude 502 metros, antiga Fazenda São João, 5 quilômetros após o bairro Alto da Boa Vista, Gleba Vale do Sol I, município de Tangará da Serra-MT, conforme representado na Figura 01.



Figura 1: Representação da localização do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I” em Tangará da Serra-MT. Elaborado: Cristiano Santos.

2.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi dividida em 2 etapas: a) a primeira etapa objetivou se integrar ao público alvo da pesquisa, ao local, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos e o cotidiano das famílias do projeto; b) a segunda etapa foi a aplicação do questionário semi-estruturado em 30 imóveis do projeto.

A aplicação de formulários de perguntas abertas e fechadas, possibilita a liberdade de abordagem ao pesquisado e facilita tabulações de assuntos específicos abordados, a todas as famílias assentadas participantes da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), em relação ao formulário, o mesmo seria representado pelo contato face a face entre pesquisador e pesquisado, sendo o roteiro de perguntas já pré-estabelecido, e preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista. Tendo como vantagem a presença do pesquisador no esclarecimento de eventuais dúvidas, flexibilidade para ajustar necessidades a situação, consegue extrair dados complexos e tem uniformidade nas informações coletadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Práticas Agroecológicas

Os agricultores familiares assentados do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I” foram indagados sobre se já tinham ouvido falar sobre o termo agroecologia, do total de 30 estabelecimentos da pesquisa, 60% dos produtores pesquisados disseram que já tinham ouvido falar sobre o assunto, em palestras, por televisão e rádio, ou pelos vizinhos, já para 26,66% dos produtores, disseram nunca ter ouvido falar sobre o termo agroecologia, 6,66% dos produtores disseram não ter atuação na agricultura, simplesmente tem residência no projeto e 6,66% dos estabelecimentos visitados aparentam situação de abandono.

Lopes et al. (2013), em Ariquemes-RO, fazendo estudos com assentados da reforma agrária, encontrou que 100% dos agricultores familiares assentados já tinham ouvido falar do tema agroecologia, e 50% dos agricultores já tinha participado de espaços de formação que tinha a agroecologia como enfoque. As diferenças identificadas podem ser frutos da organização social de cada espaço, visto que em Ariquemes-RO, a política de acesso à terra, se deu por mobilização social de movimentos sociais, no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diferentemente de Tangará da Serra-MT, onde a política de acesso à terra, é também fruto de mobilização social, porém menos ativa nos aspectos formativos.

Percebe-se que o conceito que as famílias assentadas têm sobre a agroecologia, contempladois (2) vieses: a) produzir de forma harmônica sem agredir a natureza; b) não utilizar agroquímico (agrotóxico). Estes também foram os vieses identificados por Lopes et al. (2013) em Ariquemes-RO. Em Tangará da Serra-MT, porém o viés produção harmônica com a natureza, pode ser considerado como produção agrícola interligada com as condições naturais do ambiente ou respeitando as condições/recursos do ambiente na produção agrícola. Já o viés produtivo de não utilizar agroquímico, é o relativo a em alguns casos (em especial a produção destinada ao consumo da família) de na produção agrícola não fazer utilização de “cidas” (fungicidas, herbicidas, inseticidas).

Para Weingärtner et al. (2006) as práticas agroecológicas podem ser vistas como resistência da agricultura familiar ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo, e se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

Aquino e Assis (2007) afirma que a agroecologia, tem por objetivo a busca de agroecossistemas sustentáveis, procura estabelecer a base científica para uma agricultura que tenha como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. A agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar frutos (LEFF, 2002b). Segundo Assis e Romero (2005) a expectativa dos agricultores é de que a produção agroecológica possa caminhar no sentido de uma maior independência.

Os princípios da agroecologia suscitam a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, fundada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural dos povos da América Latina. As possibilidades que abre a Agroecologia para converter os recursos agrícolas e florestais em bases para o desenvolvimento e bem estar das comunidades rurais aparece, também, como um meio para a proteção efetiva da natureza, da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do planeta (LEFF, 2002a).

Sendo assim, considera-se que em perspectiva de transição agroecológica 73,08% das unidades produtivas do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol I” não produzem sobre a proposta de princípios de transição agroecológica, por assim não se considerarem. E o percentual de 26,92% diz respeito aos agricultores que realizam práticas em perspectiva de transição agroecológica, pois consideram-se e desenvolvem práticas agrícolas buscando dar incremento de eficiência as práticas convencionais que utilizam, buscando reduzir o uso e consumo de produtos externos ao estabelecimento, com perspectivas de em curto prazo, substituir as práticas convencionais por práticas alternativas em todo o contexto produtivo, pois por ora as mesmas são ainda pontuais e relacionadas a algumas atividades.

De acordo com Gliessman (2000), podemos distinguir três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis: 1) O primeiro nível de transição, diz respeito ao incremento de eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de *inputs* externos; 2) O segundo nível de transição, se refere à substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital e depredadora do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. 3) O terceiro é mais complexo nível de transição, refere-se ao redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem em base a um novo conjunto de processos

ecológicos. Nesse caso se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não resolvidos nos dois níveis anteriores.

As alternativas principais que os agricultores assentados do Projeto de Crédito Fundiário “Vale do Sol 1” adotam com princípios de base ecológica seriam: i) a utilização de adubação orgânica; ii) diversificação das atividades agrícolas, principalmente, para produzir alimentos saudáveis voltados à subsistência familiar; iii) a não utilização e/ou diminuição do uso de agrotóxicos; entre outros. Ao mesmo tempo, realizam práticas de substituição de insumos sintéticos por insumos alternativos, adubação verde, adubação orgânica, cobertura morta do solo, sucessão e rotação de espécies.

Porém, para a perspectiva agroecológica seria necessário ir além de simplesmente mudar alguns componentes do sistema produtivo, mas já é um primeiro passo, um primeiro nível de transição. Seria importante também valorizar as práticas e os saberes dos agricultores, para se manter no meio rural, com incentivo aos mesmo de redesenho produtivo, dando-se ênfase em um programa agroecológico que possibilite o desenvolvimento sustentável. Altieri (2002), enfatiza que a agricultura convencional exige alto investimento de capital ao qual a maioria dos pequenos produtores não tem acesso e precisam sobreviver a partir da agricultura criando alternativas.

O desafio é desenvolver novas técnicas centradas na melhoria do potencial ambiental de cada local que sejam altamente produtivas, ao mesmo tempo preservando os recursos naturais disponíveis e a diversidade biológica dos ecossistemas. Faz-se necessário, a busca por novos paradigmas que levem em conta a melhor distribuição de renda no campo, que busquem a segurança alimentar e que valorizem os saberes do agricultor. São estes saberes e práticas que fazem com que os pequenos produtores rurais sobrevivam no campo, reproduzindo-se respeitando os fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais. Isso exige a necessidade promover processos de (co)gestão que melhorem as condições de vida da população, que assegurem a sustentabilidade, a longo prazo, dos processos produtivos e que aumentem, ao mesmo tempo, os excedentes comercializáveis (LEFF, 2002a).

Para isso, é necessário o incentivo de políticas públicas, que incorporem a construção de um ambiente rural deve incorporar a dimensão sociopolítica que considere a visão dos movimentos sociais e também a dimensão socioambiental, com alternativas para uma exploração controlada dos recursos naturais. Para Caporal e Costabeber (2004) deve-se dar ênfase a extensão rural agroecológica de modo a vir

estabelecer estratégias para o desenvolvimento sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da agroecologia como forma a se chegar a um modelo de agricultura socioambiental e economicamente sustentável.

4. CONCLUSÃO

O Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol I tem potencial para produção agroecológica. Onde 26,92% dos agricultores familiares assentados se encontram em processo de transição agroecológica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.**São Paulo: Expressão Popular/AS-PTA, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas-SP, v.10, n.1, p.137-150, 2007.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 155-177, 2005.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Lei nº 11.326/2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate.**Brasília: IICA, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília (DF), 2006.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto.**Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 58 p.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 36-51, 2002a.

LEFF, H. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002b.

LOPES, M. S.; SOARES, K. R.; RAMBO, J. R.; CHIES, A. Potencialidade de Produção Agroecológica no Assentamento Madre Cristina, Ariquemes-RO. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n.2, Nov. 2013.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** In:

FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Coords). Assentamentos em debate. Nead Debate; 8. Pg 57-74. Brasília 2005.

ZAMBERLAN, J. **Viabilidade Econômica dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.** In: Conferência Estadual de Reforma Agrária: O uso da terra e o desenvolvimento do Estado. Caderno de Textos. GRA (Gabinete de Reforma Agrária) Porto Alegre – RS 2001, p.55-60.

WEINGÄRTNER, M. A.; ALDRIGHI, C. F. S.; PERERA, A. P. **Práticas Agroecológicas:** caldas e biofertilizantes. EMBRAPA Clima Temperado. Pelotas, 2006.